

Retomar o controle, a premissa

Dívida Externa

10 AGO 1983

por José Casado
de São Paulo

O governo federal precisa, de imediato, retomar o controle da política econômica, ao nível do planejamento, e estruturar um programa mínimo de crescimento para 1984. Essa deve ser a premissa básica no processo de negociação da dívida externa com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores estrangeiros, na opinião dos ex-ministros Celso Furtado e Karlos Rischbieter e do empresário Abílio dos Santos Diniz, diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar.

Eles falaram, ontem, para uma platéia de mais de 1 mil pessoas, na Fundação Getúlio Vargas (FGV), em debate promovido pelo Movimento de Renovação dos Economistas de São Paulo. As críticas à atual política econômica, que conside-

ram recessiva, foram comuns.

O empresário Abílio Diniz sugeriu que toda a negociação com os credores estrangeiros tenha, como base, um crescimento de pelo menos 3% no próximo ano: "Depois de definirmos um mínimo de aumento no Produto Interno Bruto é que poderemos negociar o resto, caso contrário estaremos repetindo a insensatez de agora". E acrescentou: "Aceitar a imposição de um superávit comercial de US\$ 9 bilhões para 1984 é, para dizer o mínimo, irresponsabilidade".

O ex-ministro da Fazenda Karlos Rischbieter concorda com esse ponto de vista de Diniz — um dos membros do Conselho Monetário Nacional (CMN). E acrescenta a observação de que são necessárias medidas rápidas de atenuação do processo recessivo, por-

que "a crise está crescendo em proporções geométricas". Diz-se perplexo com a evolução do Índice de Custo de Vida — "está crescendo à média de 0,5% ao dia" — e acha que a melhor alternativa para o País é a elaboração de um projeto de desenvolvimento nacional, elaborado sob o consenso da sociedade e negociado com os credores internacionais.

Celso Furtado, ex-ministro do Planejamento do governo João Goulart, observou que a retomada do processo de crescimento econômico passa, antes, pela necessidade de recuperação do controle da política econômica, pelo governo federal: "É absolutamente essencial que o País recupere sua responsabilidade, sua capacidade de decisão na política econômica. Hoje, por exemplo, não podemos ter uma política monetária ou de

emprego, porque estamos presos às decisões que vêm de fora".

"Devemos insistir na recessão?", indagou Furtado, acrescentando: "Insistir na recessão após quase três anos nela é bobagem. A recessão é a política vigente e ditada de fora, como mostra um documento reservado do FMI, recentemente publicado pelos jornais brasileiros, em que está dito claramente que o padrão de vida dos brasileiros deve ser reduzido, e de forma drástica".

Diniz e Rischbieter — ao contrário de Furtado — descartam a moratória como alternativa viável para o País. "É a penúltima das piores saídas", comenta Diniz, "a última e pior é a que estamos vivendo, a do imobilismo, correndo o risco de acordarmos tendo pela frente uma moratória de fato."